

Bolonha: sem pressa, sem perda de tempo

ADRIANO MOREIRA

PALAVRAS-CHAVE

DECLARAÇÃO DE LISBOA

DECLARAÇÃO DE BOLONHA

REDES

DESPESAS DE SOBERANIA

R E S U M O

A articulação entre as declarações de Lisboa (2000) e Bolonha (1999) exige uma gestão unitária, que não existe, para um território que vai do Atlântico aos Urais.

A B S T R A C T

The articulation between the Lisbon (2000) and Bologna (1999) Declarations demands an unitary management, which does not exist for a territory that extends from the Atlantic to the Urals.

A implementação do processo de Bolonha, que certamente determina profundas alterações no tecido do ensino superior e da investigação, talvez mereça atenção às várias condicionantes que entretanto se desenvolveram, exigindo reflexão e criatividade.

Em primeiro lugar tomando nota, e avaliando o significado, de um texto com a natureza da Declaração (1999) ter ganho uma força directiva que por vezes leva os observadores a considerá-la um tratado. Depois, o facto de ser necessário articular essa declaração com a Declaração de Lisboa (2000) que apontou para um patamar de competitividade económica europeia superior à dos EUA.

É certo que os avanços deste último projecto não acompanharam até agora o designio, mas a articulação entre capacidade científica e técnica, e intervenção no globalismo económico, é a trave mestra do conceito estratégico europeu.

A experiência disponível aponta para aceitar que uma tal articulação não dispensa uma política de Estado unitário, ou de criação directiva que lhe equivalha, pelo que este facto exige uma atenção governativa particularmente minuciosa.

Porque não existe Estado europeu unitário, nem se conhece criação comunitária com essa expressa vocação e responsabilidade, a natureza das coisas parece ir criando respostas orientadas pela mão invisível que por vezes é o recurso teórico da racionalização dos mercados. Um conjunto de instituições, de vocações parcelares, aparecem a convergir com intervenção directiva global, e assim está visivelmente a acontecer em Portugal, com as intervenções solicitadas à OCDE para avaliar o sistema nacional, à ENQA para avaliar a avaliação que está definida pelas Leis da República, e à EUA para aleatoriamente proceder a avaliações institucionais.

Não seria inútil indagar criticamente em que medida estas organizações são filiadas, pelo menos em algumas das suas valências, na perspectiva economicista que projecta uma luz abrangente sobre a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, e o FMI.

É deste indício que nascem preocupações sobre a eventual deriva para uma mercadorização do ensino, encaminhado para o serviço de um mercado que, pelos seus interesses e valores dominantes, secundariza as humanidades e reduz o espaço da investigação desinteressada.

Que a articulação entre Bolonha e Lisboa, ainda que advertida e procurando evitar tais acidentes de navegação, tem de encontrar uma via de gestão unitária, sem desconhecer as possibilidades de intervenção de “directivas europeias”, parece uma lição da experiência do processo. E por isso a rede europeia, que se foi articulando por consenso e tendeu para a autonomização habitual das redes em relação às soberanias dos Estados-membros, tende agora para uma estrutura de sistema.

Deste modo, a visão orientadora de arranque do processo, procurando estabelecer uma gramática de comparabilidade de graus e perfis de formação, de sistemas de certificação de qualidade e de promoção da mobilidade de docentes e discentes, tornou-se mais complexa e exigente.

Não se trata apenas de reduzir o tempo de permanência nos claustros, segundo a fórmula dos 3+2, dos 4+1, dos 5+0, mas de compreender que o método pedagógico proposto exige maiores investimentos financeiros e humanos porque a tutoria implica uma relação de proximidade incompatível com o distanciamento que acompanhou a relação do ensino magistral com a explosão da procura e a dimensão das classes.

Antes da gramática está a circunstância de ter mudado radicalmente o paradigma dos países envolvidos no processo, uma mudança com intensidade crescente na medida em que a sua posição na hierarquia efectiva das respectivas capacidades os encaminhe para “Estados exíguos”.

O objectivo de servir um mercado europeu em competição com os EUA, sem esquecer os *megatrends* da Ásia, significa que o ensino vai servir uma comunidade que excede largamente os termos de referência clássicos de cada Estado membro, os quais condicionaram historicamente as especificidades que alcançaram e os pontos fortes e fracos do respectivo desempenho.

A primeira revisão exigível não é a dos tempos de formação nos claustros, é a avaliação das competências a reformular ou inovar para responder a uma comunidade que se alarga do Atlântico aos Urais, cortando os ramos secos, pondo as designações de acordo com os conteúdos e, sobretudo, preparando a resposta ao embate da inevitável hierarquização qualitativa dos elementos do sistema em gestação, anunciadora de prováveis novos “Caminhos de Santiago”.

É por isso que a tarefa não é para ser levada a cabo com pressas, exige sim um desempenho sem perda de tempo.

Trata-se do maior desafio em curso à capacidade de Portugal acompanhar com voz activa e respeitada o turbilhão globalista que afecta a definição clássica de cada um dos elementos do paradigma secular dos Estados, incluindo a preservação da respectiva identidade e o reconhecimento das contribuições positivas com que participe no processo.

É por isso que os investimentos necessários devem ser avaliados como despesas de soberania, um critério que acompanha a exigência de um empenhamento cívico renovado em face de um paradigma nacional sem precedente.